


ZONA OESTE (AP5) PERIFERIA(S) CARIOCA? NOTAS PARA O DEBATE

WEST ZONE (AP5) RIO DE JANEIRO PERIPHERY(IES)? NOTES FOR THE DEBATE

Rosilaine Souza de Araújo da Silva

 <https://orcid.org/0009-0000-3900-0639>

Correspondência: rosesaprof@yahoo.com.br

Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2026.96361

Recebido em: 26 jan. 2026 | **Aceito em:** 22 abr. 2026

RESUMO

Este artigo tem como objetivo contribuir com o debate teórico sobre o conceito de periferia, vista em sua pluralidade, no contexto da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, revisitamos bibliografias tais como Abreu (1997), Corrêa (1986, 1989) e Canettieri (2020). Resgatamos também reflexões sobre o conceito de subúrbio presente em Segadas Soares (1990), Bernardes (1990), Fernandes (2011) e Martins (2008, 2024) para entender a Zona Oeste como espaço concebido para as moradias populares, os antigos subúrbios proletários, até seu processo de periferização, refletindo sobre as rupturas e continuidades no projeto urbano carioca situando a Zona Oeste (AP5), ou seja, as regiões administrativas de Realengo, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, com a predominância da condição periférica e, por isso, a indicamos como periferia(s) carioca. No entanto, é também onde se encontram novas centralidades com aumento residual da população com maior poder aquisitivo como, por exemplo, em condomínios fechados.

Palavras-chave: periferias; zona oeste; subúrbios.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the theoretical debate on the concept of periphery, viewed in its plurality, in the context of the West Zone of the city of Rio de Janeiro. To this end, we revisit bibliographies such as Abreu (1997), Corrêa (1986, 1989) and Canettieri (2020). However, we also draw on reflections on the concept of suburb present in Segadas Soares (1990), Bernardes (1990), Fernandes (2011), and Martins (2008, 2024) to understand the West Zone as a space conceived for popular housing, the old proletarian suburbs, up to its process of peripheralization, reflecting on the ruptures and continuities in the urban project of Rio de Janeiro, situating the West Zone (AP5), that is, the administrative regions of Realengo, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, and Guaratiba, with the predominance of the peripheral condition, and therefore, we indicate it as the periphery(ies) of Rio de Janeiro. However, it is also where new centralities are found with a residual increase in the population with greater purchasing power, for example, in gated communities.

Keywords: peripheries; west zone; suburbs.



1 INTRODUÇÃO

Apenas a partir da década de 1970, os cientistas sociais no Brasil passam a se debruçar com maior atenção sobre o crescimento das periferias urbanas. O conceito de periferia ganhou força sobretudo nos debates acadêmicos em São Paulo, enquanto, no caso do Rio de Janeiro, a produção teórica priorizava o crescimento e a organização das favelas. Ou seja, os subúrbios aparecem em menor escala como objetos dos estudos urbanos (Bernardes, 1990, Segadas Soares 1990, Fernandes, 2011) e as periferias cariocas (Abreu, 1997, Correa, 1986, 1989).

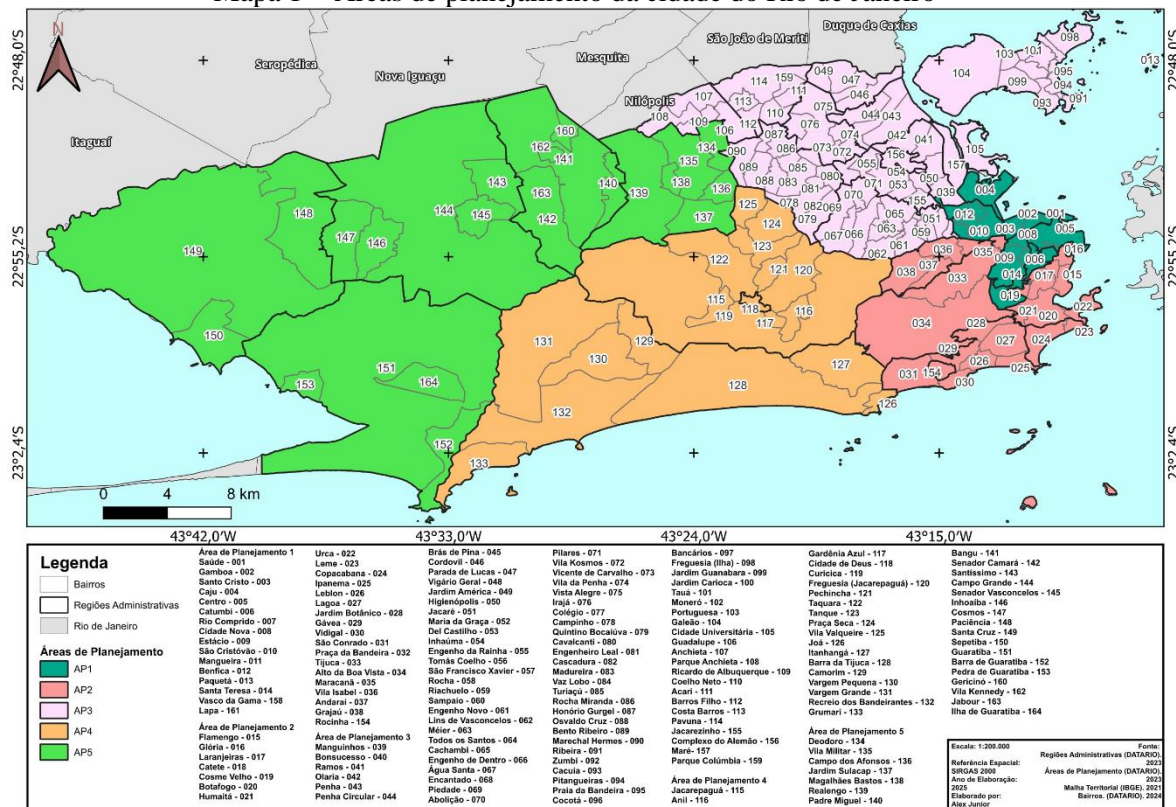
Nosso objetivo neste artigo é, através de pesquisa bibliográfica, retomar os debates sobre os conceitos de subúrbio e periferia, tanto no sentido de suas aproximações, enquanto espaços de habitações populares, quanto em suas diferenciações, tal como aponta Martins (2008, p. 51) - “o subúrbio é a negação da periferia”. E, desta forma, contribuir com pistas para entender a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro como região predominantemente de periferias e como espaços onde os antigos subúrbios se transformaram em novas centralidades econômicas.

Assim, os subúrbios aparecem como espaços privilegiados para entender as transformações da cidade e das classes sociais, pois são espaços da ascensão econômica, embora careçam de políticas públicas voltadas para seu desenvolvimento social e, no geral, “quase nada se disse até hoje do mundo suburbano” (Martins, 2024, p. 28).

O mapa abaixo, com a divisão da cidade a partir das suas cinco áreas de planejamento¹, contribui para a compreensão do recorte espacial da pesquisa. Destacamos que a Zona Oeste é composta pela Região Administrativa de Realengo, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, equivalendo a uma extensão territorial de 592,33 km², o que corresponde a quase metade do território da cidade (48,4%), organizada em vinte e quatro (24) bairros e uma população de 1.840,347 habitantes (29,6%) do município.

¹A utilização em Áreas de Planejamento (AP) se consolidou em 1981, permanecendo no plano diretor da cidade do Rio de Janeiro (lei complementar 16/1992). AP4 e a AP5 faziam parte da Zona Oeste, no entanto através Lei nº 286/2025, criou-se a região Sudoeste da cidade. Sendo assim, apenas a AP5 passou a representar a Zona Oeste, recorte que utilizamos nesta pesquisa.

Mapa 1 - Áreas de planejamento da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado por Alex Júnior e organizado pela autora (2025).

No Rio de Janeiro, até a Reforma Pereira Passos, subúrbio era utilizado como “termo genérico que designava toda a periferia urbana” (Fernandes, 2011, p. 143), no entanto, vai ocorrendo o raptio desse termo e emerge o conceito carioca de subúrbio: “progressivamente passou a representar bairro popular servido pela ferrovia”. São os aglomerados urbanos que concentram a mão de obra livre e assalariada e que terão o objetivo duplo de “segregar e integrar os trabalhadores na cidade capitalista” (Fernandes, 2011, p. 156), ligando a tríade - estação ferroviária/fábrica/operários – como tratada por Márcio P. Oliveira (2006) em relação à Fábrica Bangu e também adequado a Realengo, com a Fábrica de Cartuchos e ao complexo militar e a Santa Cruz, com o Matadouro Industrial. Embora, no geral, a Zona Norte (AP3) da cidade do Rio de Janeiro é que seja relacionada ao subúrbio carioca.

As reformas urbanísticas realizadas através do “método Haussmann”² e que objetivavam o embelezamento/modernização de determinadas áreas da cidade, porque,

²Fernandes (2011) alerta junto a outros autores como Harvey (2014) para um “método Haussmann” que vai se reproduzir no Rio de Janeiro com a Reforma Pereira Passos e nos Estados Unidos com Robert Moses na criação de um “estilo de vida urbano” e de “persona urbana”, onde “grandes reformas urbanas que em toda parte, ciclicamente, tem resultado na expulsão das classes populares para a periferia e a reconquista desses bairros para uso e consumo da burguesia” (Fernandes, 2011, p. 81).

afinal, essas novas áreas, antes subúrbios no seu sentido geográfico original³ passam a bairros herdeiros desse projeto de cidade e de *status* urbano. Assim, não se identificam e nem são identificadas como suburbanos, e nem outro nome próprio, a não ser com o próprio urbano ou expressões representativas dessas reformas, como a Zona Sul carioca e a “cidade maravilhosa”, expressão popularizada em 1934, em cenário que o “setor sul será reservado para os ricos e grupos afluentes” (Fernandes, 2011, p. 87).

Já as classes trabalhadoras são inseridas em “um projeto, uma estratégia e uma prática política e ideológica que nega às classes subalternas o direito à cidade e de estar na cidade” (Fernandes, 2011, p. 18). Nesse contexto, seus nomes próprios “subúrbios”, “sertão”, “favelas” e “periferias” expressam “um pensamento pré-conceituoso, elitista, reconhecidamente depreciativo e excludente para as classes populares” (Fernandes, 2011, p. 90), embora, no geral, ressignificado pelos moradores. Fernandes alerta que “surge um consenso entre as classes dominantes que define na prática e ideologicamente, os setores do norte e do oeste da cidade do Rio de Janeiro como lugar dos proletários (2011, p. 87). Como veremos na análise do Censo de 1920 (DGE, 1922, p. XIV):

o avanço e a disseminação da população do território dos subúrbios contribuem, de facto, para reduzir, progressivamente, no centro da cidade e até mesmo nos distritos urbanos mais remotos, as habitações coletivas de certa natureza tais como as estalagens, os cortiços e outros estabelecimentos mais ou menos semelhantes substituídos, em geral, por avenidas, pensões, casas de commodos, etc. É essa, aliás, a regra em toda parte (DGE, 1922, p. XIV).

Mas se o município do Rio de Janeiro já é considerado toda cidade, por que ainda é forte o termo/conceito subúrbio? Fernandes (2011, p.90) indica que “o problema aparece quando a geografia, mesmo reconhecendo que os bairros ferroviários e populares estavam integrados e pertencentes à zona urbana da cidade, continuou a designá-los como subúrbios ou, pior ainda, bairros suburbanos”. Nesse sentido, o autor faz a crítica direta a Segada Soares (1990) e Lysia Bernardes (1990) que, embora afirmem em seus trabalhos que esses locais já se encontram urbanizados⁴, e, portanto, não merecem a designação de subúrbios, propõem a utilização de bairros-subúrbios por serem assim conhecidos popularmente. Nas palavras de Segadas Soares (1990, p. 125):

³Como arrabalde, ou área intermediária entre a cidade e o campo. “Subúrbios, arrabaldes ou simples povoações existentes nos arredores da cidade (...)” (Bernardes, 1990, p. 81).

⁴Desde o Censo de 1920 se questiona o uso da classificação urbana/suburbana, a proposta era urbana e rural. Em 1937 o decreto 6.000 extingue essa hierarquização e no Censo de 1940 já aparece a legislação urbanística em atividades econômicas (agrícola, industrial, comercial e serviços).

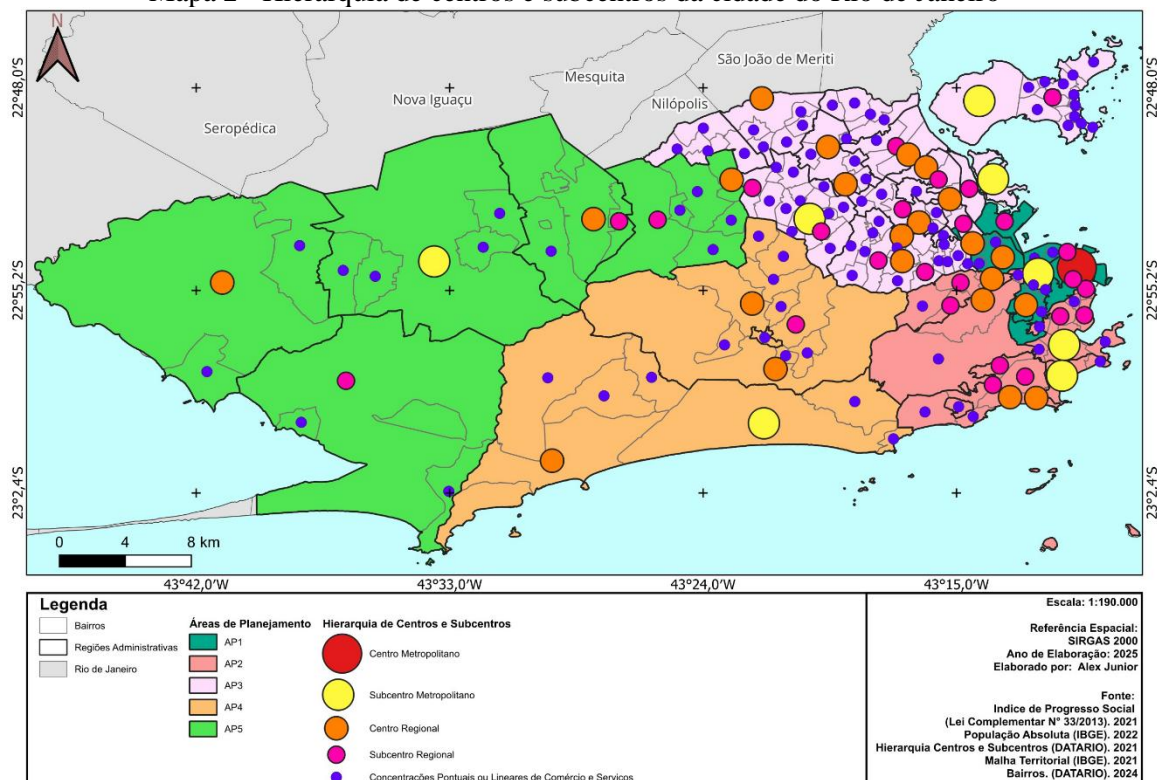
Esses bairros são por nós considerados áreas com características predominantemente urbanas, mas com passado próximo suburbano, com importância ainda ponderável do transporte ferroviário e ocupação predominante por uma população de menores recursos (Soares, 1990, p. 125).

A leitura que propomos é que esses antigos núcleos suburbanos na AP5, estreitamente ligados com o “trinômio trem/subúrbio/proletário, síntese do conceito carioca de subúrbio” (Fernandes, 2011, p. 143) foi se incorporando à cidade com muitas contradições urbanas, principalmente: (I) da precarização e periferização e que trataremos no item 2 deste artigo (II) na forma de novas centralidades: centros regionais ou subcentros - em uma “passagem da configuração socioespacial predominantemente centro-periférica para a lógica socioespacial fragmentária” (Sposito et al, 2023) e que não conseguiremos aprofundar neste artigo, no entanto, é importante destacar, no sentido de entender a Zona Oeste enquanto um espaço diverso e em disputa tensionado por vários projetos de poder.

Dessa forma, as periferias se diferem destes antigos núcleos suburbanos onde hoje temos essas novas centralidades, afinal, como indica Carlos (2020, p. 417). “a existência da centralidade, demonstra que os usos possíveis desse espaço guardam normatizações e interditos que implicam seu esvaziamento produzido pela criação, na cidade da hierarquização dos lugares e dos usos”, neste caso, “a periferia é o outro da centralidade, sendo sua negação” (Carlos, 2020, p. 416).

O mapa 2, apresenta a hierarquização urbana proposta pela prefeitura do Rio de Janeiro como centros regionais, caso dos núcleos de Bangu, Santa Cruz e Deodoro (este vem recebendo infraestrutura como o Parque Olímpico de Deodoro e de mobilidade urbana como o terminal Deodoro) e o subcentro metropolitano de Campo Grande.

Mapa 2 - Hierarquia de centros e subcentros da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado por Alex Júnior e organizado pela autora (2025).

Assim, percebemos que a dinâmica urbana da cidade capitalista, a partir da lógica do mercado imobiliário, pode criar a desperiferização das áreas em valorização, já que a cidade é concebida, a partir da lógica neoliberal, como uma mercadoria, nestas áreas em valorização, surgem shoppings, centros comerciais, condomínios para a classe média, em uma dinâmica que lembra muito mais a gentrificação.

2 A ZONA OESTE COMO PERIFERIA NO PLURAL

Utilizamos periferias, no plural, entendendo que “é necessário acabar com a singularização deste termo: não existe “periferia” e sim periferias (plural) pela heterogeneidade e velocidade dos seus fenômenos” (Ritter e Firkowski 2009, p. 22). Entendendo essa diversidade de sujeitos e práticas espaciais encontramos, na Zona Oeste, periferias de povos e comunidades tradicionais - como a comunidade quilombola Dona Bilina - no Rio da Prata de Campo Grande; periferias rurais - como as associação de agricultores do Mendanha e do Rio da Prata, Associação do Agricultores, Processadores, Artesãos e Amigos do Casarão Agroecológico de Campo Grande; favelas e comunidades urbanas, como o complexo Fazenda Coqueiros em Senador Camará, conjuntos

habitacionais como Vila Aliança em Bangu, loteamentos irregulares, como o Jardim Maravilha em Guaratiba.

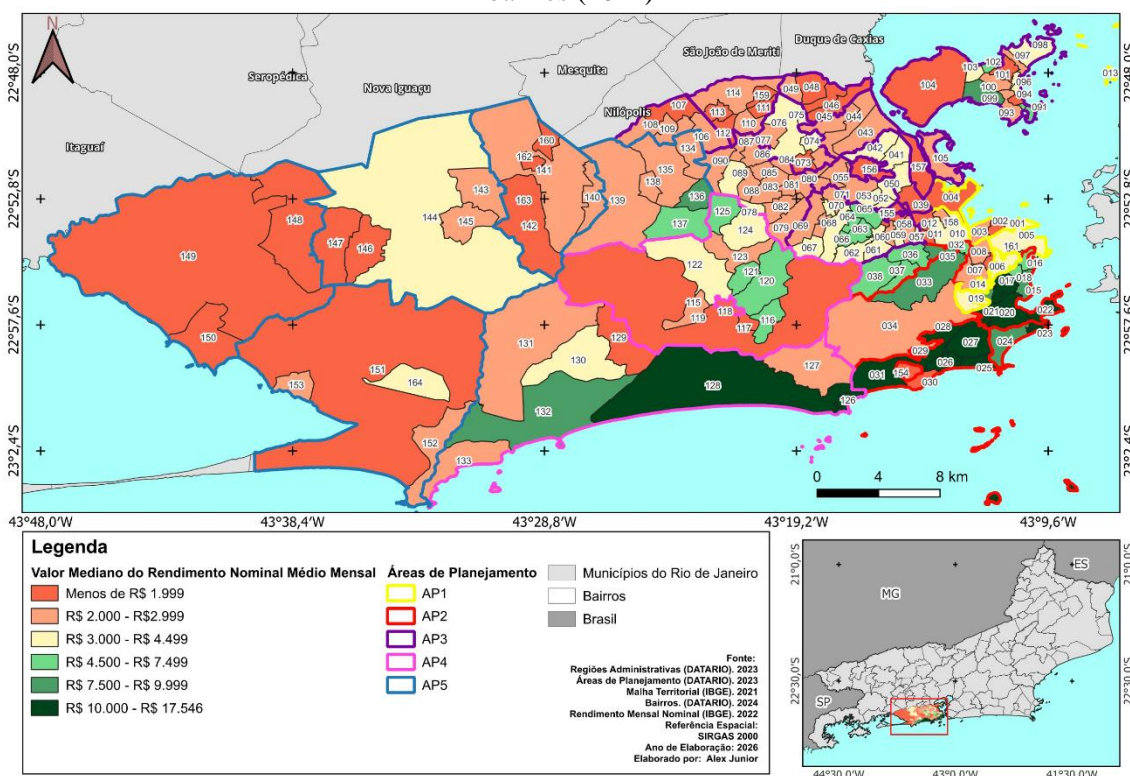
Sendo assim, entendemos que o termo/conceito periferia(s) possui um sentido político, econômico e social que se insere, no contexto do Rio de Janeiro, desde o projeto nacional-desenvolvimentista, com as obras de saneamento e a legislação de 1937, que institui os loteamentos proletários que flexibilizou os caminhos para o capital imobiliário privado; Mas também os conjuntos habitacionais promovidos pela ação estatal, que através de um “descaso periférico” (Gomes, 2016), passará por processos de precarização e favelização, apontando que a crise da moradia nas periferias, não é crise, e sim, projeto.

Em uma pesquisa simples ao dicionário, encontramos a seguinte definição para periferia: “condição do que, em uma cidade, se encontra afastado do centro urbano, normalmente local onde está situada uma população de renda mais baixa”.

Eis aí dois imaginários amplamente difundidos sobre a periferia:

- (1) de um lado, destaca-se o recorte de classe “a população de renda mais baixa” - embora, como já indicamos, exista um aumento de novas centralidades na Zona Oeste (AP5), a predominância é da condição periférica, e certamente; o recorte de classe continua sendo um destaque em tempos de retração do trabalho formal, desemprego estrutural, intensificação de relações laborais precarizadas — muitas vezes à margem da legalidade, marcada pelo aumento da pobreza, da precariedade e da violência. Como nos ajuda a identificar o mapa 3 que através do valor mediano do rendimento nominal médio mensal na cidade do Rio de Janeiro, mostra a AP5 é a região com maior número de bairros com menor rendimento na cidade.

Mapa 3 - Mapa valor mediano do rendimento nominal mensal na cidade do Rio de Janeiro por bairros (2022)



Fonte: Elaborado por Alex Júnior e organizado pela autora (2026)

(2) De outro, levanta-se a localização em “(...) uma leitura padronizada e universal, como na distância (quilo)métrica que toma por base o espaço como espaço homogêneo, absoluto de matriz euclidiana” (Haesbaert, 2014, p. 275), ou seja, o espaço localizado à margem da cidade. Por muito tempo essas leituras foram predominantes nas ciências sociais, então por exemplo, Santa Cruz, distante a 40km⁵, é adjetivado como periférico.

Entendemos que essas leituras, por vezes, são limitadoras e induzem a confusões, pois a produção do espaço é muito mais complexa. Por exemplo, Abreu (1996), ao indicar a Barra da Tijuca como uma “periferia elitizada”, e mais recentemente, Oliveira (2014) ao tratar da subcentralidade metropolitana de Campo Grande, como “centralidade na periferia” estão enfocando as centralidades tradicionais (Mello, 1997) para tratar do desenvolvimento econômico desses locais, e aí o conceito de periferia se esvazia, apontando apenas a uma localização, pois a Barra da Tijuca elitizada não é periferia, e no bairro de Campo Grande onde encontra-se a centralidade apontada por Oliveira (2014)

⁵Ou o último bairro do município, tendo como referência o núcleo administrativo da cidade ou onde o inicia seu processo de colonização/urbanização/modernização.

são as áreas em valorização, onde as classes populares não tem vez⁶.

Raimundo (2017, p. 48) aponta que o debate a partir da teoria da marginalidade e a ideologia do subdesenvolvimento “influenciou fortemente as análises sobre as periferias urbanas e de certa forma se consolidou na academia e no senso comum (...) que produzem a noção de periferia como pedaço marginalizado da cidade, fortalecendo a ideia de espaço de exclusão”. Nesta autora encontramos a seguinte definição para esse processo:

Enquanto o centro exibia sinais de progresso com melhoramentos urbanos, à população de baixa renda restavam às favelas, os cortiços e os bairros distantes, resultado não somente da chamada “crise de habitação”, fenômeno da lógica mercantil do ato de morar/habitar, que iniciada na década de 1940, geraria o modelo de expansão da cidade baseada na tríade loteamento periférico, desejo de ter a casa própria e autoconstrução para, pelo menos, as cinco décadas seguintes (Bonduki, 1998), mas pela própria lógica de reprodução do capital (Raimundo, 2017, p. 35).

Esses espaços de inclusão precária são marcados pela segregação espaço-temporal, ou seja, insuficiência de políticas de mobilidade urbana somado a espoliação urbana que aumenta o tempo de deslocamento casa-trabalho, e reduz o tempo de lazer, de organização política etc. O que faz D’Andrea (2020, p. 19) indicar que, nas periferias, “o que nos une é o tempo de deslocamento”. Situação que amplia a dominação daqueles/as que produzem o espaço urbano a partir dos privilégios das classes dominantes, como aponta Villaça (1998, p. 333) “as condições de deslocamento dos seres humanos são decisivas na estruturação do espaço intra-urbano”, são as lutas por proximidade do emprego, por redução do tempo e custo do deslocamento e da acessibilidade ao consumo, segundo o autor:

Entende-se por dominação por meio do espaço urbano o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano. Dentre essas vantagens, a mais decisiva é a otimização dos gastos de tempo despendido nos deslocamentos dos seres humanos, ou seja, a acessibilidade às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro urbano (Villaça, 1998, 328).

⁶Ou sobrevivem em periferias invisíveis (Ramos, 2023), ou seja, moradores em situação de rua, que habitam rodoviárias, marquises, proximidade de comércio.

Vamos voltar a reflexão do conceito de periferia articulando as obras de Maurício de Abreu (1997)⁷ e Roberto Lobato Corrêa (1986 e 1989) - entendemos que são obras clássicas na geografia e que apontam caminhos sobre o estudo das periferias no Brasil, sempre as posicionando em seu tempo/espaço de escrita/elaboração teórica.

Em relação à definição e o que caracteriza as periferias, percebemos em Corrêa (1986, 1989) os seguintes elementos: (I) a questão da localização em relação à distância da área central; (II) às formas de inserção precária ao trabalho; (III) às ausências aos equipamentos urbanos coletivos; (IV) a “esterilização”⁸ intencional da agricultura; (V) para Corrêa (1989) a temática das “periferias urbanas” tem se destacado nas ciências sociais e, (VI) que “há periferias e periferias”. Em suas palavras:

a periferia urbana tem sido usualmente considerada como aquela área da cidade que em termos de localização situa-se nos arredores do espaço urbano. Trata-se de uma faixa periférica que, a cada momento que se considera inclui: a) áreas onde a urbanização ainda é incipiente, coexistindo com áreas de agricultura, ora intensiva, ora extensiva, ou então marcada por uma forte esterilização.

Em Abreu (1997), encontramos a seguinte definição para “periferização” que, assim como em Corrêa (1986 e 1989), predomina o “paradigma das ausências”, ou seja, aquilo que as periferias não têm em relação aos processos de modernização e progresso):

Entende-se por “periferização mais do que a localização distante do centro metropolitano. O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aqueles que aí residem (Abreu, 1997, p.11).

De acordo com esse autor, temos uma proposta de entender a organização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (criada em 1974) através de um “núcleo/periferia(s)”: “periferia imediata” o autor posiciona o bairro da Barra da Tijuca e parte de Jacarepaguá, em suas palavras: “apesar de se constituir bairro periférico, a Barra da Tijuca está, entretanto, sendo ocupada por classes de alta renda o que leva a crer que, em futuro próximo, será parte integrante do núcleo urbano”.

⁷ O livro “Evolução Urbana do Rio de Janeiro” tem a primeira edição em 1981, aqui utilizamos a 5ª edição.

⁸ Para o autor ocorre um “pousio social” (Corrêa, 1986), a espera de urbanização por agentes capitalistas da produção do espaço.

Em uma “periferia intermediária”, o autor sinaliza que “é a área através da qual a metrópole se expande” (Abreu, 1997, p. 21) e aí localiza a Zona Oeste da cidade é a “periferia do “povão”, “periferia interiorana”, “periferia popular”, indicando um olhar do autor para as periferias no plural, embora, caracterizadas principalmente por suas ausências, vejamos:

se caracteriza por ser quente, abafada, sujeita às enchentes e aos mosquitos. Está é a periferia dos pobres, do “povão”, do trem do subúrbio e horas desperdiçadas no transporte, da autoconstrução e do sobre-trabalho, das favelas que agora ali aparecem, dos assaltos e do “esquadrão da morte”, da falta de esgotos e de vias calçadas, dos biscateiros e do pessoal que ganha salário-mínimo (Corrêa, 1986, p. 73).

Em Abreu (1996) e Corrêa (1986, 1989) verificamos questões importantes que atravessam esta pesquisa, são elas: (I) o olhar sobre a diversidade das periferias, aqui tratadas como periferias no plural, (II) a criação de novas centralidades e áreas valorizadas pelo “grande capital financeiro-fundiário-imobiliário” ao criar novas regiões (como a Zona Sudoeste – 2025) ou novos bairros e (III) a produção do espaço periférico pelos agentes como o Estado, Industrial, imobiliário e os próprios agentes sociais excluídos.

Por outro lado, os autores direcionam suas análises a partir do “paradigma da ausência”, os “sem” acesso, marcados pela pobreza, violência e a distância em relação ao centro. Na Carta da Maré (2017, p. 2). encontramos que “temos o fortalecimento das noções de ausência, carência e homogeneidade como elementos de percepções reducionistas e de classificações hierárquicas das periferias em relação aos demais espaços da cidade”. Neste caminho, Fernandes (2023, p. 344) complementa:

Reconhecer tais características de desigualdade é ato fundamental para se alcançar padrões dignos de vida. É matéria de preocupação, no entanto, quando a ênfase recai única e exclusivamente na ausência ou no que os territórios não são, pois assim fatores relevantes são omitidos, tipicamente ignorados ou mitigados. A essa forma de pensar, representar e agir chamamos de “Paradigma da ausência”. Seu pressuposto é o não reconhecimento de estratégias resultantes de formas autênticas de “resiliência”, tampouco admite formas e estilos de vida deslegitimados por referências sociais, culturais, políticas e estéticas hegemônicas.

Vale destacar que, em Corrêa (1986, 1989), encontramos o apontamento sobre a construção de uma consciência das desigualdades urbanas pelos agentes sociais excluídos

que irão traduzir-se na organização de movimentos sociais urbanos e, de uma certa forma, como nas palavras de D’Andrea (2022), uma “subjetividade periférica” dos novos personagens que entram em cena dos ativismos de bairro.

Para Corrêa:

As diferenças marcantes de condições de vida vão traduzir-se em uma consciência das desigualdades sócio-espaciais. Esta consciência emerge através do conhecimento adquirido de todo o espaço urbano a partir de sua jornada para o trabalho, viagens para compras e visitas, e dos meios de comunicação (Corrêa, 1986, p.76).

Para repensar essas limitações/confusões ainda presentes conceitualmente, de acordo com a Carta da Maré:

Deste modo, a definição de periferia não deve ser construída em torno do que ela não possuiria em relação ao modelo dominante na dinâmica socioterritorial ou da distância física em relação a um centro hegemônico. Ela deve ser reconhecida pelo conjunto de práticas cotidianas que materializam uma organização genuína do tecido social com suas potências inventivas, formas diferenciadas de ocupação do espaço e arranjos comunitários contra-hegemônicos e próprios de cada território (Carta Da Maré, 2017, p. 03).

Cabe ainda delimitar o que estamos entendendo como periferização, que já não pode ser definido a partir do dicionário, ou da conceitualização de Abreu (1997) e Corrêa (1986, 1989), que abrem importantes caminhos, no entanto, por vezes, o fator chave trata da localização e do não acesso ao consumo de bens e serviços (centralidades tradicionais) que estão concentrados nas áreas centrais ou privilegiadas das metrópoles, ou seja, das ausências.

Entendemos que o crescimento urbano disperso e o surgimento de novas centralidades possibilitam o acesso ao consumo de bens e serviços cada vez mais próximo as periferias. No entanto, a periferização contemporânea está associada a novas formas de exclusão e segregação. Como aponta Paviani (2002, p. 183), “a falta de acesso por parte dos despossuídos aos equipamentos e infraestruturas nas áreas metropolitanas está intimamente ligada às estruturas que criam, mantêm e perpetuam a segregação urbana, e por via, às diversas formas de periferização”.

A partir desse quadro, identificamos um nexos importante para a compreensão das periferias — no plural — da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Atores hegemônicos, movidos pelo imperativo da acumulação e da maximização dos lucros, expandem as relações

capitalistas no espaço por meio da deslocalização de seus empreendimentos, concebem a cidade como mercadoria que será consumida por quem pode pagar. Como aponta Rua (2011, p. 11), essa deslocalização “evidencia-se como uma das estratégias territoriais do capital, cuja mobilidade vem sendo incrementada”. Nesse movimento, surgem — ou são reforçadas — novas centralidades, revela Lencioni (2017, p. 53):

É aqui que reside o maior segredo de tantas centralidades: elas são produzidas muito menos pelas necessidades da cidade de desempenhar as funções de comércio e de serviços, e, muito mais, devido às necessidades da reprodução do capital do setor imobiliário. Em suma, a multicentralidade não é um produto das funções urbanas, mas dos investimentos imobiliários.

Fica evidente que a produção do espaço urbano ocorre de forma contraditória e combinada. Por um lado, temos o avanço dos investimentos imobiliários direcionados para condomínios de luxo como ponta de lança para a localização de outros serviços. Por outro, avança a periferização, expressa tanto na favelização quanto na precarização do trabalho. Trata-se de “espaços gerados por ações periferizadoras” (Paviani, 2002, p. 186), que podem dar origem a processos de desperiferização ou reperiferização, conforme as dinâmicas territoriais em curso. Trata-se de um movimento muito mais voltado aos interesses especulativos do capital do que às reais necessidades da população:

Ao ser disponibilizada infraestrutura básica, ao se promover uma regularização fundiária, enfim ao se urbanizar áreas tidas como “periféricas”, por motivações diversas, principalmente econômico-políticas, fazem com que elas deixam de ser “periféricas”- ocorre, portanto, um processo de desperiferização. É observado também que muitos daqueles que habitavam essas áreas, enquanto “periferia”, deixaram-nas durante o processo de “urbanização-regularização”, passando a ocupar novas áreas, geralmente pelo processo de invasão, pela ilegalidade, reproduzindo nessas as mesmas precariedades socioespaciais daquelas que abandonaram, configurando assim uma reperiferização (Ritter e Firkowski, 2009, p. 23).

Dessa forma, entender a AP5 como periferia da cidade do Rio de Janeiro e em processo de aumento da modernização/periferização, insere essa região nas desigualdades e diferenciações do espaço da cidade, onde pensar nas periferias é analisar esse processo complexo de valorização do espaço urbano que promove novas formas de exclusão social, ou seja, não são periferias elitizadas, são processos de desperiferização, que geram novos processos de espoliação e periferização em outros locais da cidade, principalmente na

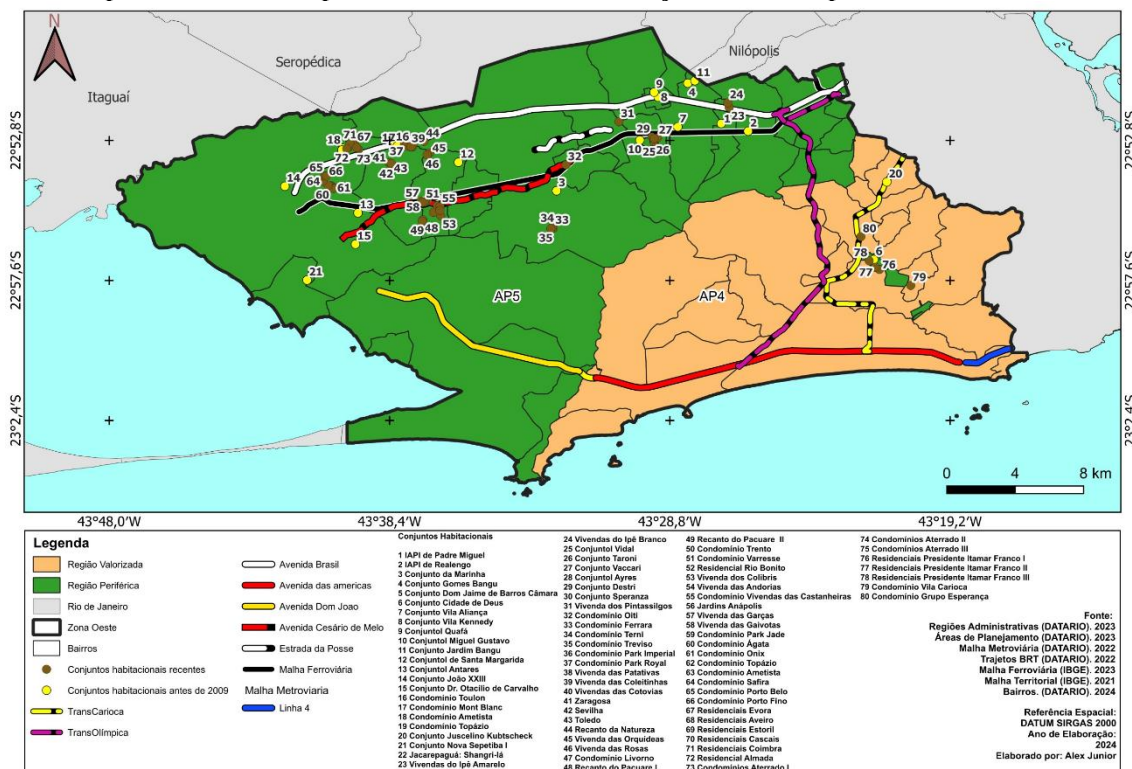
Zona Oeste. Esses processos são antigos, mas se intensificaram recentemente com os grandes projetos desde o Pan-Americano (2007), Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) e os investimentos de modernização da AP4, recentemente denominada região Sudoeste.

Entendemos que é possível identificar as periferias como portadoras de problemas urbanos, assim como qualquer outra área da cidade, enfocando nas carências e desigualdades, mas também, em sentidos múltiplos, pois essa condição periférica também carrega potencialidades, principalmente através da organização popular “onde novos contingentes populacionais pressionam por melhores condições sócio-espaciais e econômicas” (Paviani, 2002, p. 183) e de tantas outras, como a inventividade cotidiana da cultura.

Abaixo, apresentamos o mapa 4 que objetiva representar essa diferenciação socioespacial na Zona Oeste - primeiro os “subúrbios cariocas”, na década de 1930/40, com os Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPIs), como em Realengo, Padre Miguel e Bangu, e, depois, já em um processo de periferização com políticas do Banco Nacional de Habitação (BNH)⁹, Programa de Arrendamento Residencial (PAR) ou Programa Morar Feliz (CEHAB). Ambos conjuntos habitacionais mais antigos, anteriores a 2009 e que estão sinalizados como pontos amarelos no mapa.

⁹Nicola (2021) dialogando com Valladares aponta “A partir da década de 1960, o então governador Carlos Frederico Werneck Lacerda (1960–1965) iniciou o programa de remoção de favelas e reassentamento de famílias faveladas (ver Valladares, 1978), transformando a Zona Oeste em um importante vetor de expansão da cidade para assentamento da população de baixa renda”.

Mapa 4 - Zona Oeste periférica e áreas de valorização do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado por Alex Júnior e organizado pela autora (2024)

Mas também se configura no mapa a AP5 como um eixo de expansão urbana recente para a habitação de interesse social a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na faixa I (renda de zero a três salários mínimos) são conjuntos habitacionais mais recentes, após 2009 e que aparecem no mapa como pontos marrons, colocando o PMCMV “exercendo um papel ativo na reprodução da segregação em função da renda e na reafirmação da periferia como lugar dos pobres nas cidades brasileiras” (Rolnik et al, 2015, p.128).

Em linhas gerais, destacam-se condições de carência estruturais, como a concentração de conjuntos habitacionais e loteamentos voltados à população de baixa renda, as longas distâncias percorridas diariamente em transportes públicos precários e a presença capilar do tráfico de drogas e de grupos milicianos — elementos que afetam diretamente a qualidade do habitar e a vivência urbana nas periferias da AP5. Nesse sentido, Luquez (2023, p. 160) adverte: “a periferização como prática espacial funda-se como negação da própria cidade, ou seja, um processo que produz a forma urbana periferia, quase como avesso da forma urbana cidade, o seu outro simultâneo”.

Embora, seja possível encontrar, no caso da área de planejamento AP5 da cidade do Rio de Janeiro, “ilhas urbanas” elitizadas, ou enclaves fortificados de riqueza e

autossegregação, isso ocorre de forma mais localizada, afinal, constroem-se condomínios de luxo¹⁰ que são em relação a distância fisicamente periféricos, no entanto, adquirem um *status* que socialmente os afastam da condição periférica, mas que, historicamente, estão presentes nessa região.

São nesses espaços elitizados da AP5, destacando-se o subcentro de alcance municipal e intermunicipal de Campo Grande, que verificam-se maiores investimentos de equipamentos urbanos coletivos da região, no entorno das centralidades tradicionais (Mello, 1997) surgem novos investimentos, como o novo “mergulhão” no Viaduto de Campo Grande, inaugurado em 2024, mas fortalecendo outros eixos de expansão do capital imobiliário, pois aumentou a integração do centro do bairro com a Estrada do Monteiro, onde se localiza o principal shopping da região, a saber o Park Shopping (inaugurado em 2012) e que vem proliferando lojas/galpões para locação de serviços, tais como locadoras de carros, escolas privadas, lojas de grandes redes de *fast food*, condomínios fechados com serviços exclusivos e as principais rotas de ligação para a Avenida das Américas, ou seja, em direção ao subcentro de alcance municipal e intermunicipal da Barra da Tijuca e as novas centralidades da AP4.

No Mapa 5, deixamos as informações sobre a hierarquia urbana dos centros e subcentros já comentadas na pesquisa, e assinalamos a informação sobre a população e o Índice de Progresso Social (IPS)¹¹. A média do IPS na cidade do Rio de Janeiro é de 64,34 e quase todos os bairros da AP5 estão abaixo da média da cidade, exceto Campo Grande (65,48), Cosmos (65,01), Senador Vasconcelos (65,83), Jardim Sulacap (68,80), Campo dos Afonsos (68,80) e Vila Militar (68,77), embora os dois últimos com vocações militares. Quase no final da lista do IPS temos o bairro de Pedra de Guaratiba (54,24), Barra de Guaratiba (54,94), Sepetiba (57,04) e Guaratiba (59,07).

¹⁰A título de exemplificação citamos o condomínio Fazenda Montenegro (na estrada do Cachamorra em Campo Grande) uma casa com 5 quartos é oferecida nos sites de venda por 4 milhões. No condomínio Residencial Rio da Prata (no Rio da Prata em Campo Grande) uma casa de 4 quartos é oferecida por 2,5 milhões e no Condomínio *Grand Park* (na Estrada do Cabuçu de Baixo em Guaratiba - próximo ao *Park Shopping* de Campo Grande) uma casa de 3 quartos é anunciada por 1 milhão (pesquisa realizada em sites de imobiliárias em setembro de 2025).

¹¹ A definição utilizada pela prefeitura do Rio de Janeiro é: “O índice de progresso social (IPS) é uma abordagem direta de mensuração do desenvolvimento humano a partir de indicadores selecionados em três dimensões e doze componentes definidos globalmente”, são eles: I. Necessidades humanas básicas (nutrição e cuidados, água e saneamento, moradia e segurança pessoal); II. Fundamentos do bem estar (educação básica, acesso à informação, saúde e bem estar e meio ambiente) e III. Oportunidades (direitos individuais, liberdades individuais, tolerância e inclusão e ensino superior). Disponível em: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/>

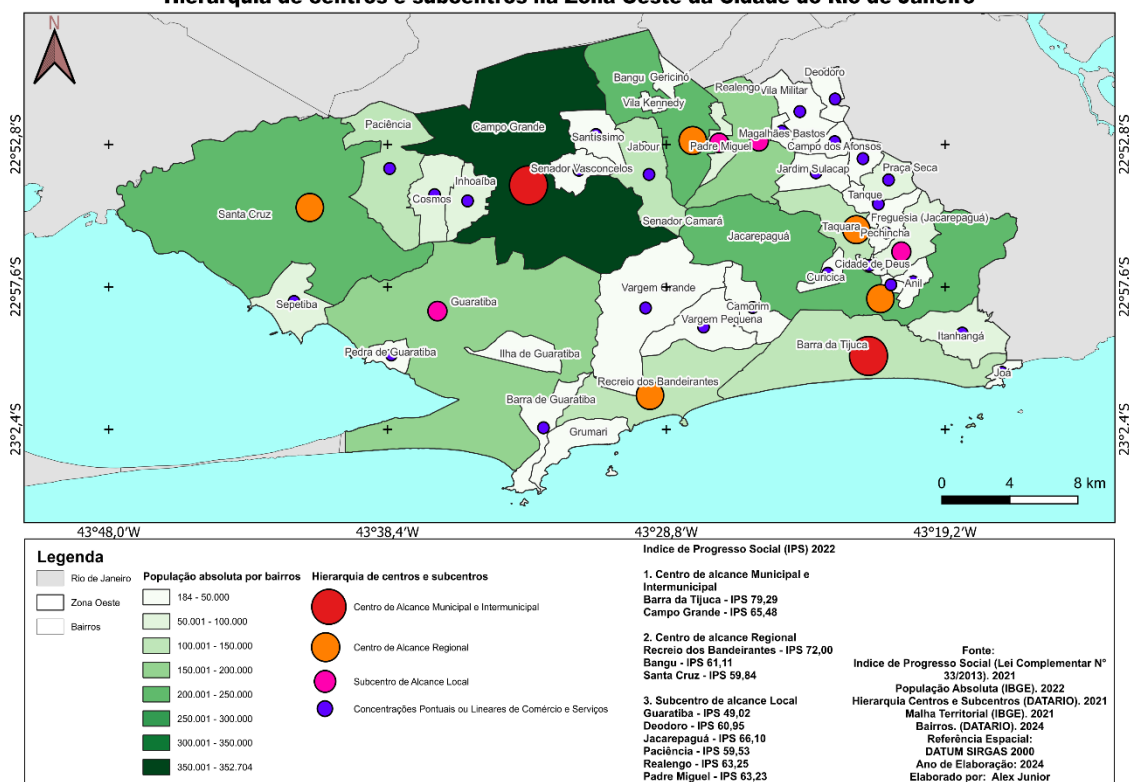
Como estamos percebendo, repensar as periferias como uma condição periférica em um contexto profundo de espoliação desde a fundiária, até a urbana, como já definia Kovarick (1979, p. 59) se torna fundamental afinal:

A espoliação urbana é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.

Compreendemos que a AP5, chamada aqui de periferia carioca ou “periferia da metrópole carioca” (Oliveira, 2014), foi/vem se construindo a partir das lutas contra a concentração de terras, a grilagem, a espoliação e a periferização, onde a violência foi fator estruturante desde os tempos do “sertão carioca”.

A periferia, neste sentido, é a negação das promessas de transformação do urbano, onde a relação social que envolve a distância é uma característica forte, no entanto, não se explica, sem a condição periférica e a construção de resistências para reverter essa negação e que deve ser analisado por uma lógica diferenciada da atuação dos agentes, principalmente, o imobiliário, criando um cenário de especulação em determinadas áreas da cidade como ponta de lança de sua expansão segregacionista, e por outro lado, acentuando o processo de periferização.

Mapa 5 - Índice de Progresso Social - IPS , população e hierarquia urbana na AP5 e AP4
Hierarquia de centros e subcentros na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado por Alex Júnior e organizado pela autora (2024).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que repensar as periferias - no plural - se torna um caminho importante para entender a produção do espaço urbano e os processos de exclusão ao longo do tempo. Assim, subúrbios, favelas e comunidades urbanas, cada qual com sua singularidade geográfica/histórica/cultural podem carregar os processos de periferização; Já que a periferia, mas do que a localização, faz parte de um projeto de modernização da cidade, como vimos desde as reformas do início do século XX em que modernização e periferização formam um par, onde os sujeitos populares são submetidos a profundas experiências de desposseção.

Sendo assim, entendemos, que o termo/conceito periferia(s) possui um sentido político, econômico e social e que continua sendo revisado e ressignificado, inclusive, pelos periféricos (D'Andrea, 2013) que disputam o termo, não apenas no contexto do entendimento dos problemas urbanos, mas de solução, por exemplo, ao enorme *deficit* habitacional do país.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **A evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- BERNARDES, L.M.C. Expansão do Espaço Urbano no Rio de Janeiro. *In*: BERNARDES, L.M.C, SEGADA SOARES, M.T. **Cidade e Região**. Secretaria Municipal de Cultura, 1990.
- CANETTIERI, T. **A condição periférica**. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2020.
- CARLOS, A. F. A. **Segregação socioespacial eu “direito à cidade”**. GeoUSP – Espaço e Tempo (On-line). V. 24, n. 3. Dez – 2020.
- CARTA DA MARÉ. Rio de Janeiro – **Manifesto das periferias: as periferias e seu lugar na cidade**. 2017. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/wp-content/uploads/2019/07/periferias-manifesto-3-portugues.pdf>. Acessado em 25 de maio de 2024.
- CORRÊA, R. L. **Periferia Urbana**. GEOSUL, N°2 – 2º semestre: 1986
- CORRÊA, R. L. **O espaço Urbano**. São Paulo, Editora Ática, 1989.
- FERNANDES, F. L. Algumas linhas sobre epistemologias periféricas: Experiências da UNIperiferias, seus conceitos direcionadores e frentes de atuação. *In*: RAMOS, Paulo César *et al* (Org.). **Periferias no Plural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.
- FERNANDES, N. N. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro de 1858/1945**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- D’ANDREA, T. P. **A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2013.
- D’ANDREA, T. P. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos: CEBRAP**. São Paulo: v. 39, n.1, p. 19-36, jan.–abr. 2020.
- GOMES, S. da S. R. **Oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada: uma comparação entre a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México)**. Tese de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- LUQUEZ, J. A tríade periferação-espoliação-segregação como nexos interpretativos da urbanização brasileira: notas sobre povos e comunidades tradicionais em espaços fronteiriços. *In*: RAMOS, Paulo César *et al* (Org.). **Periferias no Plural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

MARTINS, J. S. **A Aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário.** São Paulo. Ed. 34, 2008.

MELLO, J. B. F. de. **Explosões e Estilhaços de Centralidades no Rio de Janeiro.** *Geo UERJ*, nº2 jul/dez, 51–64, 1997.

NICOLA, P. **A Zona Oeste do Rio de Janeiro como eixo de expansão urbana para habitação de interesse social: Considerações a partir do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará.** Dilemas, Revista Estudos, Conflito, Controle e Sociedade – Rio de Janeiro: v. 14, n. 3, p. 843-858, set-dez, 2021.

OLIVEIRA, M. P. de. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. *In: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales.* Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. v. X, n. 218, 1 de agosto de 2006.

OLIVEIRA, R. L. **Centralidade na Periferia: a centralidade de Campo Grande na Zona Oeste da Metrôpole Carioca.** Dissertação de mestrado no Programa de Engenharia Urbana UFRJ, 2014.

PAVIANI, A. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. *In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia, SILVEIRA, Maria Laura (Org.). Território: Globalização e Fragmentação.* Hucitec: São Paulo, 2002.

RAIMUNDO, S. L. **Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada.** Tese de doutorado em Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

RAMOS, P. C. *et al.* **Porque falar em periferias no plural?** RAMOS, Paulo César *et al* (Org.). Periferias no Plural. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

RITTER, C.; FIRKOWSKI, O. L. C. Novo Conceitual para as Periferias Urbanas. *Revista Geografar*, Curitiba, p. 22-25, 2009.

ROLNIK, R *et al.* O programa minha casa minha vida nas regiões metropolitanas de São Paulo: aspectos socioespaciais e segregação. São Paulo: **Caderno Metropolitano**, v. 17, n. 33, 2015.

RUA, J. A complexa simultaneidade da integração e distinção entre o urbano e o rural: retomando um debate no espaço de metropolização do Estado do Rio de Janeiro. **GEOPUC-Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio**: Ano 4, n. 7, 2011.

SEGADAS SOARES, M.T. Conceito Geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. *In: BERNARDES, L.M.C, SEGADAS SOARES, M.T. Cidade e Região.* Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

SPOSITO, M. da E. B. *et al.* **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira Escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos.** Bélem: ENANPUR, 2023.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.